

Eixo Temático 6 - Organização da Informação e do Conhecimento

**A CLASSIFICAÇÃO DE LITERATURA INFANTIL:
possibilidades de subcategorias**

***THE CLASSIFICATION OF CHILDREN'S LITERATURE:
possibilities of subcategories***

Soraya Fonseca – Colégio Madalena Sofia – *soraya.diasf@gmail.com*

Adriana Lourenço – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
adriana.lourenco@ichca.ufal.br

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Os sistemas de classificação foram um marco na história da organização da informação e até hoje são importantes para a ordenação e recuperação da informação. No entanto, esses sistemas possuem uma lacuna no tratamento da literatura infantil, assim essa pesquisa teve como objetivo aplicar os critérios das Dimensões de Ficção propostos por Pejtersen a um acervo de literatura infantil, de modo a propor subdivisões mais específicas. A partir de processo experimental em acervo de 100 obras, os critérios de Pejtersen foram aplicados, resultando em 6 (seis) subcategorias. Considerou-se que outros acervos podem se utilizar dessas subcategorias para a classificação.

Palavras-chave: classificação bibliográfica; classificação de literatura infantil; dimensões de ficção.

Abstract: *Classification systems have been a milestone in the history of information organization and remain significant for information sorting and retrieval. However, these systems have a gap in addressing children's literature. Thus, this research aimed to apply the Fiction Dimensions criteria proposed by Pejtersen to a children's literature collection in order to propose more specific subcategories. Through an experimental process involving a collection of 100 works, Pejtersen's criteria were applied, resulting in 6 subcategories. It is worth considering that other collections can also make use of these subcategories for classification purposes.*

Keywords: *bibliographic classification; children's literature classification; fiction dimensions.*

1 INTRODUÇÃO

A disposição dos registros de conhecimento em um determinado acervo envolve dois elementos fundamentais: a necessidade de utilizar alguma forma de linguagem para ordená-los, seguindo uma coerência predefinida, e a compreensão do uso dessa linguagem por parte do usuário para concretizar uma atividade que engloba começo, meio e fim. Nesse contexto, o início corresponde ao processamento técnico do documento, o meio refere-se à

trajetória do usuário enquanto busca as informações, e o fim envolve localizar, acessar e utilizar a informação.

Para que esse processo seja bem sucedido, é requerido do bibliotecário, que possui o conhecimento sobre técnicas adequadas para organizar diferentes tipos de acervos, a aplicação de métodos específicos para cada tipologia de acervo, como os direcionados para público infantil, escolar, universitário, especializado, etc., para cada tipo de unidade de informação, como pública, privada, variável em tamanho, etc. e para cada público-alvo, dadas as particularidades distintas de cada um desses contextos.

Diante desse cenário, visando a organização eficaz dos documentos para atender às necessidades dos usuários, surgiram as Linguagens Documentárias (LD), que servem como ferramentas de representação do conhecimento. A Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), reconhecidas e utilizadas mundialmente, são exemplos de linguagens documentárias predeterminadas, que representam os assuntos dos documentos de qualquer acervo por meio de códigos ou notações, melhorando, assim, a recuperação da informação por parte do usuário (PIEADADE, 1983).

No entanto, vale mencionar que, embora predeterminadas e amplamente utilizadas, os sistemas de classificações não se encontram fechados, concluídos. Ao contrário, acham-se em permanente construção, pois nessa condição se verifica a pesquisa e o avanço da ciência, criando, por conseguinte, novas terminologias, que podem, em novas edições, ser contempladas pelas classificações biblioteconômicas (TABOSA; CARDOSO; ALBUQUERQUE, 2015), havendo, portanto, a possibilidade de se criar novas subdivisões nas citadas classificações decimais.

Percebe-se que nenhum tema é suficientemente complexo ou inviável de ser tratado pelo bibliotecário, que pode ter a iniciativa de classificar novos assuntos, ainda não contemplados nas classificações conhecidas e reconhecidas pelos demais profissionais. Nesse sentido, Barbosa (1969) já afirmava que, se um sistema de classificação bibliográfica não evoluir em terminologia e expansão de assuntos, tenderá a ser abandonado por obsolescência.

De fato, os sistemas de classificação, passam por atualizações periódicas por parte de seus comitês editoriais para dar conta do inevitável avanço científico e tecnológico, além da

realização de estudos por profissionais e pesquisadores das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A empresa Online Computer Library Center (OCLC) adquiriu a marca registrada e os direitos autorais relativos ao Sistema Decimal de Dewey quando incorporou a editora Forest Press em 1988. A OCLC classifica livros novos lançados no mercado americano e é responsável pela atualização da CDD.

Desde 1949, a CDU Consortium, responsável por revisar, atualizar e corrigir as tabelas da CDU, publica as Extensões e Correções da CDU (E&C) como forma de atualizá-la quanto a ampliações, modificações ou supressões oficialmente autorizadas nas tabelas.

Contudo, ainda verificamos nesses sistemas de classificação uma lacuna de tratamento mais aprofundado para a literatura infantil e literatura juvenil que tem passado por um desenvolvimento significativo nos últimos tempos, acompanhando mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Várias tendências e transformações têm influenciado esse gênero literário, resultando em diversas abordagens de temas relevantes da atualidade que vão além dos clássicos contos de fadas e histórias de aventuras, levando o leitor à reflexão e estimulando seu pensamento crítico e novos formatos em suas edições físicas são apresentados, a fim de estimular o contato com a leitura nas mais baixas faixas etárias.

No geral, a literatura infantojuvenil tem evoluído para ser mais inclusiva, representativa, educativa e conectada com as vivências e interesses das crianças e jovens contemporâneos. Essas mudanças têm contribuído para tornar a leitura mais acessível, enriquecedora e relevante para as novas gerações e como avaliamos, os sistemas de classificação não acompanharam essas evoluções.

Para a realização desta pesquisa, selecionou-se como tema a classificação de obras da Literatura Infantil, partindo da seguinte questão: seria possível criar subcategorias de classificação na literatura infantil a partir dos critérios de Dimensão de Ficção estabelecidos por Pejtersen? Dessa forma, a presente pesquisa teve como objetivo aplicar os critérios das Dimensões de Ficção, propostos por Pejtersen a um acervo de literatura infantil, de modo a propor subdivisões mais específicas que enfatizem seus estilos, públicos e temas.

Neste trabalho iremos nos referir apenas a literatura infantil que, segundo Zilberman (1982, p. 35), abrange a produção literária “[...] para pessoas de até mais ou menos 12 anos

[...]”, não abordando a literatura juvenil, sendo este tema abordado em pesquisa futura. Ressalta-se que os procedimentos de pesquisa englobaram o estudo da teoria da literatura infantil, mas, sendo este texto um recorte, ele não será aqui apresentado.

A proposta de uma classificação específica para literatura infantil se justifica frente à necessidade de se repensar a ordenação dos documentos no acervo, principalmente em bibliotecas escolares ou públicas que contém esse tipo de literatura em seu acervo, a fim de permitir que o usuário amplie suas possibilidades de aprendizagem e aprofundamento sobre literatura através de um acesso mais rápido, uma vez que a classificação utilizada interfere diretamente na ordenação dos documentos, ou seja, na forma como eles serão dispostos nas estantes e, conseqüentemente, oferecidos aos usuários. Dito de outro modo, partimos do princípio de que a classificação pode ampliar o potencial educativo quando do acesso ao acervo, possibilitando uma ordenação que reflita os aspectos específicos e estilísticos da Literatura infantil.

2 AS CLASSIFICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Entendemos ser inerente ao ser humano o ato de classificar, o homem, em sua essência, seleciona tudo o que está ao seu redor, com o intuito de melhorar seu entendimento sobre as coisas. Classificar, nessa concepção, nada mais é que interpretar o mundo.

Lentino (1971) defende a ideia de que a classificação é um processo mental, pelo qual as coisas são reunidas de acordo com o grau de semelhança.

O processo classificatório faz parte da história do homem, que categoriza tudo o que está posto, com o intuito de melhor compreender seu meio ambiente e o dos seres com os quais convive. Classificar, segundo Piedade (1983), é dividir as coisas em grupos metodicamente distribuídos, conforme suas diferenças e semelhanças.

Assim, vimos ao longo da história inúmeras tentativas de o homem classificar o conhecimento, sendo que “A primeira classificação sistemática das ciências de que temos notícia foi a de Aristóteles.” (CHAUÍ, 2003, p. 226).

Para fins de organização dos registros do conhecimento, entendemos que classificar um documento é representá-lo em conformidade com uma linguagem previamente

desenvolvida para tal. É traduzi-lo e adequá-lo ao melhor código, respeitando suas características e o tipo de usuário que o consultará.

Examinando brevemente a história da representação da informação, percebe-se que é um fenômeno relativamente recente, tendo suas origens no século XIX, quando as primeiras teorias sobre representação da informação surgiram, culminando em sistemas de classificação bibliográfica como os desenvolvidos por Dewey, a Classificação Decimal de Dewey (CDD), e a Classificação Decimal Universal (CDU) por Paul Otlet e Henri La Fontaine. Essas classificações visavam organizar e, conseqüentemente, tornar precisa a localização física de documentos, sendo consideradas uma inovação tecnológica em sua época. A importância dos sistemas de classificação perdura até hoje, mesmo com o avanço das tecnologias agilizando os processos de recuperação da informação, eles continuam sendo fundamentais para a ordenação lógica e a localização precisa do documento físico.

Ortega (2013, p. 10) afirma que “[...] os sistemas de classificação bibliográfica são, dentre as linguagens documentárias, aqueles que se caracterizam, em termos de sua estrutura, por uma hierarquia, e em termos de sua função, pela vocação para a ordenação de documentos.”

Para tanto, utilizam-se de símbolos alfabéticos, numéricos ou alfanuméricos, sendo as classificações CDD e CDU exemplos de linguagens documentárias alfanuméricas predeterminadas, que padronizam os assuntos dos documentos de um acervo, reunindo itens que tratam de conteúdos similares ou idênticos, facilitando sua posterior recuperação por parte dos usuários que realizam consultas ao acervo. Seu uso faz com que o acervo apresente uma lógica de ordenação.

CDD e CDU, dividiram o conhecimento em dez classes, daí se denominarem decimais, e se propõem a contemplar todo o conhecimento humano. Dessas classes, surgem tantas subdivisões quantas se entenderem necessárias, conforme a especificidade do assunto, para melhorar a representação do documento classificado. São, portanto, classificações bibliográficas, capazes de serem utilizadas para classificar documentos em geral, voltadas para a representação temática minuciosa do conteúdo dos documentos.

A CDD foi idealizada por Melvil Dewey, tendo sua primeira edição publicada em 1876. Na CDD as classes principais correspondem por assim dizer, às disciplinas fundamentais do

conhecimento, a saber: 000 Generalidades, 100 Filosofia, 200 Religião, 300 Ciências Sociais, 400 Línguas, 500 Ciências puras, 600 Ciências aplicadas, 700 Artes, 800 Literatura e 900 História e Geografia. Essas dez classes principais se subdividem em outras dez, essas subdivisões, por sua vez, também recebem subdivisões até atingir o grau desejado de especificidade do assunto.

A Classificação Decimal Universal (CDU) foi criada por Paul Otlet e Henri La Fontaine em 1892, tendo sido lançada a primeira edição em 1904. Idealizada com base na CDD, tem também, por conseguinte, fundamento na classificação filosófica do conhecimento, dividindo-o em dez grandes classes decimais. A CDU utiliza símbolos como, por exemplo, parênteses, barras, dois pontos, sinal de adição, colchetes, dentre outros, com o objetivo de melhorar a representação do conhecimento registrado no documento especificando-a ao máximo.

Apesar desses sistemas serem atualizados com certa regularidade temporal, como citado anteriormente, não é capaz de criar subdivisões para todas as áreas do conhecimento, levando os estudiosos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação a desenvolverem propostas de expansão de algumas áreas, como por exemplo no Brasil, tivemos a expansão da classe 340 – Direito, por Dóris Carvalho inicialmente em 1948, mas que já passou por revisões posteriores se readequando a atualidade. Essa classificação ficou conhecida como a Classificação Decimal de Doris, ou ainda Classificação de Doris.

Também temos a proposta de Souza, et al (2021) para expandir a área 821 da CDU para representar a Literatura Brasileira de modo a incluir subdivisões mais específicas que enfatizem seus estilos, épocas e contextos, desvincilhando-a da Literatura Portuguesa.

Dentre outras pesquisas realizadas, destacamos Albuquerque (2011), que propôs formas de representação da informação de acervos de cordel, literatura popular, tipicamente do nordeste brasileiro, sendo patrimônio histórico e cultural de seu povo. A proposta não foi exclusiva de ampliação da CDU, podendo ser aplicada à CDD também, uma vez que a primeira é derivada da segunda e o assunto não se encontra contemplado em nenhuma das duas, o que causava problemas na organização e recuperação desse material. Segundo Albuquerque (2011), esses materiais geralmente eram organizados ora por título, ora pelo nome do autor, o que não era suficiente para garantir a recuperabilidade dos

cordéis, já que não eram tratados em profundidade quanto aos assuntos, assim, sua proposta se constituiu em “[...] em analisar os temas tratados na literatura popular, especificamente nos folhetos de cordel, visando à expansão da classe de Literatura nas Classificações Bibliográficas, considerando que a classe de Literatura não atende aos parâmetros.” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 14), o que resultou em 27 classes temáticas para a classificação bibliográfica da Literatura Popular. O trabalho de Albuquerque nos demonstra a importância de estudos de expansão dos sistemas de classificação, uma vez que essa temática é muito específica do contexto literário brasileiro.

A especificidade da literatura infantil, também não é contemplada nos sistemas de classificação, tanto na CDD quanto na CDU, pois essas não se dedicaram até o presente momento a desenvolver subcategorias consistentes e atuais para sua classificação. Na prática, percebemos que as bibliotecas adotam o número 028.5 ou 808.899282 no caso da CDD e no caso de o uso ser da CDU, o número destinado é o 82-93. A fim de completar a notação, se utilizam de uma tabela de individualização de autor, sendo a Cutter, ou a brasileira Tabela PHA.

Se pensarmos na rotina de uma biblioteca escolar, ou de uma biblioteca pública que possuem parte de seus acervos voltados para a literatura infantil, vimos a importância da ordenação física dos documentos, sendo que seu público alvo, na maioria das vezes crianças, percorre seu acervo em busca de material que lhe desperte o desejo de ler, verdadeiramente “navegando” (*browsing*) pelas estantes e prateleiras.

Assim, a localização física dessa literatura é deveras importante, no entanto, vimos que os dois grandes sistemas de classificação não se debruçaram a desenvolver subcategorias atualizadas para essa literatura e conseqüentemente para esse público, assim nos propomos a buscar alternativas para o ordenamento do acervo de literatura infantil recorrendo aos critérios de Dimensões da Ficção de Pejtersen, como veremos na sequência.

3 AS DIMENSÕES DA FICÇÃO

Buscamos por uma classificação da literatura infantil que considerasse o público a que se destina, a complexidade do texto e sua estética além dos temas abordados e perpassados.

Recorremos a Annelise Mark Pejtersen, que Lancaster (2004, p. 204) nos relata ter chamado a atenção para a “[...] anomalia relativa ao fato de que os bibliotecários geralmente pouco fizeram para melhorar o acesso às obras de ficção, muito embora elas representem a metade do acervo das bibliotecas públicas e mais da metade das retiradas por empréstimo.”

Questão levantada há muito tempo, mas que vemos ocorrendo até nos dias presentes.

A autora Pejtersen, iniciou em 1978 estudos relacionados aos problemas que bibliotecários e usuários enfrentavam acerca do acesso limitado à literatura de ficção nas bibliotecas escandinavas, estudos esses que se ampliaram a partir de uma rede formada por pesquisadores, bibliotecários e consultores de bibliotecas da Dinamarca, Suécia e Finlândia (SABBAG, 2013, p.128).

Utilizando-se de entrevistas de referência com cerca de trezentos leitores, Pejtersen (1978, p.8) detectou o que ela veio a chamar de Dimensões da Ficção, caracterizando as demandas dos leitores em:

Assunto – novelas de mistério, livros de ação, histórias de amor, crônicas familiares etc.; Cenário – novela histórica, livros do século XVII, viagens para outros continentes, histórias sobre personalidades etc.; Intenção do Autor – humor, filosofia etc.; Acessibilidade – fácil, leitura simples, tipografia, volume, tamanho, série etc. e outras – livro bom, nome/título, autor etc.

A partir disso, Pejtersen (1978, p. 9) organizou cada uma dessas dimensões de acordo com um conjunto próprio de critérios, sendo subdividida em quatro categorias independentes:

- Dimensão 1: Assunto (A história é sobre o quê?)
 - a) Ação e curso dos acontecimentos
 - b) Descrição e desenvolvimento psicológico
 - c) Relações sociais

- Dimensão 2: Cenário (Qual o tempo e espaço escolhido como cenário pelo autor?)
 - a) Tempo: passado, presente, futuro
 - b) Local: geográfico, social, profissional

- Dimensão 3: Intenção do autor (Quais as ideias e emoções que o autor quer comunicar com seus leitores?)
 - a) Experiência emocional
 - b) Cognição e informação

- Dimensão 4: Acessibilidade (Qual o nível de comunicação?)
 - a) Capacidade de leitura (legibilidade)
 - b) Características físicas e forma literária

Esses critérios foram propostos, inicialmente, como um esquema para indexação, como vimos em Lancaster (2004), no entanto contemplam o que procurávamos para a classificação de um acervo de literatura infantil, uma vez que contemplam os assuntos, as emoções experimentadas e a acessibilidade de seu público, que são critérios essenciais para identificarmos na literatura infantil para melhor atender o público a que se destina. Vale ressaltar que cada dimensão não depende da outra, assim como suas subdivisões, de forma que, qualquer assunto pode ser expresso.

Pejtersen desenvolveu rico material acerca da representação temática da informação de obras ficcionais, os quais pretendemos pesquisar no futuro.

No presente trabalho utilizaremos os critérios para a definição das Dimensões da Ficção para estabelecer subcategorias para a classificação de literatura infantil.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, pois visa verificar a possibilidade de criar subcategorias de classificação da literatura infantil, a fim de permitir que as obras de um

acervo sejam ordenadas lógica e fisicamente de modo a respeitar suas particularidades estético-literárias e seu público alvo.

Quanto aos procedimentos adotados, a pesquisa é do tipo experimental, tendo em vista que o objeto de estudo foi manipulado pelos pesquisadores, a fim de ser testado em um acervo real. A pesquisa experimental

[...] consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. Trata-se, portanto, de uma pesquisa em que o pesquisador é um agente ativo, e não um observador passivo. (GIL, 2002, p. 48).

Primeiramente, para a construção do referencial teórico, foram feitos levantamentos bibliográficos sobre teoria e prática da Classificação Bibliográfica, com especial ênfase para o trabalho de Pejtersen (1978) e sobre a teoria e história da Literatura Infantil, sendo essa última não abordada neste artigo.

Para o estabelecimento das subcategorias, aplicamos os critérios das quatro dimensões da ficção de Pejtersen em um acervo de 100 obras de literatura infantil para, assim, estabelecermos as subcategorias da área de literatura infantil.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os critérios foram aplicados à cada obra do acervo e considerando as semelhanças encontradas nas obras das quatro dimensões (Assunto, Cenário, Intenções do Autor e Acessibilidade), foram estabelecidas 6 (seis) categorias.

O Assunto, abordado na Dimensão 1 (A história é sobre o quê?), nos possibilitou estabelecer os assuntos principais abordados nas obras, além dos temas que a perpassam.

A Dimensão 2 – Cenário (Qual o tempo e espaço escolhido como cenário pelo autor), foi a que apresentou maior dificuldade de aplicação, pois nem toda obra possuía essas características referentes ao tempo – passado, presente, futuro e local – geográfico, social e profissional em sua composição, isso foi mais evidente nas obras destinadas as faixas etárias mais baixas.

Abordada na Dimensão 3, a Intenção do Autor (Quais as ideias e emoções que o autor quer comunicar com seus leitores?) – experiência emocional e cognição da

informação, apesar de ser problematizada por Moreira (2007, p.102) “[...] A intenção do autor seria o aspecto mais problemático no esquema de Pejtersen, porque esta dimensão é do ponto de vista do indexador, atribuída através de sua interpretação.”, não nos apresentou dificuldades, ao contrário contribuiu de forma significativa para o estabelecimento das subcategorias, uma vez que a experiência emocional, por vezes, é bem clara na literatura infantil.

A Dimensão 4, que trata da Acessibilidade (Qual o nível de comunicação?), considera a capacidade de leitura, as características físicas e a forma literária das obras, foi de suma importância ao estabelecimento das 6 subcategorias, uma vez que se volta para o usuário e para os aspectos físicos da obra e sua estilística.

A partir dessa Dimensão, quanto ao critério de Pejtersen: Capacidade de leitura (legibilidade) pudemos traçar uma complexidade crescente nas subcategorias, partindo da primeira subcategoria que abarcou obras que exigiam uma capacidade leitora reduzida, para a sexta subcategoria que contém obras com mais textos e exigem maior capacidade leitora.

As primeiras categorias também se caracterizaram por obras que continham pouco ou nenhum texto, com foco nas ilustrações e nas características físicas e forma literária da obra, como estabelece o segundo critério dessa da Dimensão 4.

Apresentamos no Quadro 1 em resumo as subclassificações estabelecidas a partir dos critérios de estabelecimento das Dimensões de Ficção de Pejtersen com foco na Dimensão 4 de Pejtersen.

Quadro 1 - Subcategorias para classificação da Literatura Infantil

MACACO	Poesia, teatro e música em versões infantis
PANDA	Obras de ilustrações sem texto, ou contendo palavras explicativas da imagem, porém que são dispensáveis à sua compreensão. Aqui se encaixam livros-brinquedos: de plástico, de pano, montagem e dobradura
COELHO	Obras em que as ilustrações ainda predominam, utilizam-se letras grandes. Até 3 (três) linhas em forma de narrativa, ou 2 (duas) frases em forma de diálogos.
PORCO	Aqui os clássicos da literatura infantil são apresentados em até 5 linhas de texto.
URSO	Livros com equilíbrio entre texto e ilustrações.
LEÃO	Obras com mais texto e poucas imagens. As ilustrações passam a ser figurativas, os temas são mais complexos exigindo uma compreensão leitora maior.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

No acervo experimental de 100 obras literárias, ainda foi possível encontrar obras de poesia, teatro e música em versões infantil, para as quais criamos uma subcategoria própria.

Como vimos no referencial teórico, os sistemas de classificação precisam gerar notações de compreensão acessível para seu público, assim, buscando notações que representassem essas 6 subcategorias de forma imagética a fim de se comunicar com seu público, escolhemos 6 animais para cada categoria.

Para a identificação dessas subcategorias no acervo, as obras foram carimbadas com a imagem desses animais e a comunicação visual das prateleiras também recebeu as imagens correspondentes.

6 CONCLUSÃO

A partir desta pesquisa, podemos responder sim à sua questão inicial: seria possível criar subcategorias de classificação na literatura infantil a partir dos critérios de Dimensão de Ficção estabelecidos por Pejtersen? Sim, foi possível estabelecer subcategorias da literatura infantil de modo a propor subdivisões mais específicas que enfatizem seus estilos, públicos e temas.

Entendemos que as 6 (seis) subcategorias aqui propostas podem se adequar a vários acervos de literatura infantil, uma vez que tem sua base nos critérios de Pejtersen bem claros e definidos, além de reconhecidos internacionalmente.

As subcategorias propostas podem ser implantadas por bibliotecas que se utilizam tanto do sistema CDD, quanto do sistema CDU, uma vez que não estabelece uma notação a partir da numeração desses sistemas.

As notações aqui adotadas, figuras de animais, podem ser alteradas de acordo com a escolha da biblioteca, no entanto reforçamos a sugestão do uso de notações imagéticas para a fácil familiarização do usuário com o sistema.

Outras formas de individualização das obras podem ser adotadas, como por exemplo a tabela de individualização de autor de Cutter ou a Tabela Pha e assim comporem o número de chamada.

Com isso pretendemos contribuir com a área em solucionar a problemática da falta de subcategorias para a classificação da literatura infantil.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de. **Literatura popular de cordel: dos ciclos temáticos à classificação bibliográfica**. 220 f. 2011. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1925. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BARBOSA, Alice Príncipe. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBBD, 1969.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LENTINO, Noêmia. **Guia teórico, prático e comparado dos principais sistemas de classificação bibliográfica**. São Paulo: Polígono, 1971.
- MOREIRA, M. E.; DIAS, E. J. W. Análise de assunto da literatura infantil: o feijão e o sonho embalados para viagem. **Cadernos BAD (Portugual)**, n. 2, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/69043>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. **In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/schedConf/presentations>. Acesso em: 08 ago. 2023.
- PEJTERSEN, Annelise Mark. Fiction and library classification. **Scandinavian Public Library Quarterly**, n.1, p. 5-12, 1978.
- PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.
- SABBAG, Deise Maria Antonio. **Análise documental em textos narrativos de ficção: subsídios para o processo de análise**. 160f. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103384>. Acesso em 01 ago. 2023.
- SOUSA, R. J. P. L.; SILVA, L. A.; BRONZATTI, A. P.; RAMOS, J. F. S.; DIAS, F. B. C. Classificação para literatura brasileira: ampliação da classificação decimal universal (CDU) enquanto potencial educativo da ordenação do acervo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e**

Documentação, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/165637>. Acesso em: 09 ago. 2023.

TABOSA, H. R.; CARDOSO, C. C. C. G.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Linguagens documentárias e os sistemas de classificação bibliográfica: estudo de propostas de expansão e ampliação da CDD e da CDU. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 140-157, 2015. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16854>. Acesso em: 09 ago. 2023.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 2.ed. São Paulo: Global, 1982.